EDUCAÇÃO INSUBMISSA – COLÉGIO ESTADUAL QUILOMBOLA DIOGO RAMOS

INSUBMISSA EDUCATION - QUILOMBOLA STATE COLLEGE DIOGO BRANCHES

Carolina dos Anjos Borba¹

Fabiane Moreira da Silva²

RESUMO: Na educação escolar quilombola o relacionamento da comunidade e escola são fundamentais para prática educacional libertadora e antirracista. Diante desta problemática social, buscamos compreender como o Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, nas suas relações com a comunidade, interage com os conhecimentos, tradições e práticas da comunidade. Os objetivos se pautaram em acompanhar, na rotina escolar, a relação entre a comunidade e a escola. A metodologia utilizada para a pesquisa foi a etnografia, comportando pesquisa de campo e observações participantes, acompanhadas do registro em caderno de campo. Tal exercício possibilitou a melhor percepção das relações da comunidade com a escola e com o território. A questão territorial é de extrema importância para a comunidade, estando intimamente ligada à educação presente nas práticas pedagógicas da escola. O trabalho realizado teve como resultado o registro de uma proposta educacional insubmissa que atenda as demandas das Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola.

Palavras-chave: Educação Escolar Quilombola. Pedagogias Insubmissas. Território.

ABSTRACT: In quilombola school education, the relationship between community and school is fundamental to the liberating and antiracist educational practice. Baced on this social inssue, we aim to understand how the Quilombola State College Diogo Ramos is in its relations with the knowledge, traditions and practices of the community. The objectives were to maintain a school schedule between a community and a school. The methodology used for ethnography research, including field research and participatory observations, followed the record in the field book. Exercise can improve the relationship with the community and school. A territorial issue is extremely important for the community and is closely linked to the education present in the school's pedagogical practices. The work carried out resulted in the registration of an educational proposal that met the demands of the Curriculum Guidelines for Quilombola School Education.

Keywords: Quilombola School Education. Insubmissible Pedagogies. Territory.

RESUMEN: En la educación escolar quilombola la relación de la comunidad y la escuela son fundamentales para la práctica educativa liberadora y antirracista. Ante esta problemática social buscamos comprender cómo el Colegio Estadual Quilombola Diogo Ramos en sus relaciones con la comunidad interactúa con los conocimientos, tradiciones y prácticas de la comunidad. Los objetivos se basaron en acompañar en la rutina escolar la relación entre la comunidad y la escuela. La metodología utilizada para la investigación fue la etnografía, comportando investigación de campo y observaciones participantes, acompañadas del registro en cuaderno de campo. Tal ejercicio posibilitó la mejor

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR); Coordenadora do Grupo de Pesquisa e Extensão Joana de Andrade.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pesquisadora do Grupo de Pesquisa e Extensão Joana de Andrade.

percepción de las relaciones de la comunidad con la escuela y con el territorio. La cuestión territorial es de extrema importancia para la comunidad y que está íntimamente ligada a la educación presente en las prácticas pedagógicas de la escuela. El trabajo realizado tuvo como resultados el registro de una propuesta educativa insumisa que atiende las demandas de las Directrices Curriculares para la Educación Escolar Quilombola.

Palabras-clave: Educación Escolar Quilombola. Pedagogías Insubmissas. Territorio.

INTRODUÇÃO

A educação é uma poderosa ferramenta combativa contra ideologias racistas e preconceituosas incutidas na sociedade, no entanto, há muito tempo vem sendo usada para reforçar os estereótipos que uma elite dominante e hegemônica estabelece, em vista de um estado social tal, que o negro, como pessoa, como humano, é inferiorizado e subalternizado. Para reverter esse quadro de discriminação racial - que além de não ter sido superado, é ainda mais agravantes alunos negros de quilombos - a educação é a única a abrir espaços para efetivamente mudar as perspectivas e para a construção de uma sociedade mais igualitária, onde a diversidade não é somente respeitada, mas onde a própria diferença se configura como modo de inclusão social.

Nesta perspectiva, em 2016 foi possível iniciar uma pesquisa em torno da educação escolar quilombola que ocorre no estado do Paraná. Para isso foi imprescindível a parceria e colaboração da direção e coordenação pedagógica do Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, onde foi desenvolvida a investigação.

As primeiras etapas da pesquisa foram de coleta de informação sobre o tema e sobre o espaço de pesquisa, além de leituras bibliográficas que embasaram as temáticas raciais no Brasil e sobre a comunidade quilombolas, posteriormente, deu-se início ao campo etnográfico. Esse trabalho influenciou não somente na minha aprendizagem e formação, mas interferiu diretamente na construção identitária das pesquisadoras envolvidas. Em meio aos constantes conflitos sociais que o país enfrentou, e ainda enfrenta, principalmente no âmbito educacional e no enfrentamento ao racismo, escolher pesquisar sobre essa modalidade educativa fortalece posicionamentos engajados, desestabilizando e modificando “velhas” concepções eurocêntricas tão propagadas na academia brasileira.

Essas mudanças não foram apenas epistemológicas, mas também de modo de vida. Em uma sociedade desigual, racista e machista; ser mulher, ser negra não revela muitas opções no caminho a seguir. Quebrando paradigmas, a escolha de pesquisar em comunidades quilombolas, sobretudo por identificação com a força de resistência que esses povos desempenham até hoje, possibilitou o encontro entre múltiplas formas de resistir. O enfoque na educação deve-se, inclusive, por acreditar na transformação social e no poder que a educação desenvolve, principalmente para povos historicamente submetidos a diversas maneiras de opressão, nesta esteira, Paulo Freire, em *Pedagogia do Oprimido*, refere:

O radical, comprometido com a libertação dos homens, não se deixa prender em “círculos de segurança”, nos quais aprisione também a realidade. Tão mais radical quanto mais se inscreve nesta realidade para, conhecendo-a melhor, melhor poder transformá-la. (FREIRE, P., 2015, p. 37)

No caso das mulheres negras, esses “círculos de segurança” são muito menores que para o restante da população brasileira. Por isso a radicalidade, ao encarar o desafio de realizar

uma pesquisa etnográfica, se tornou ainda maior do que o imaginado. Ao traçar os objetivos da pesquisa traçava também os passos a seguir para realizar a última etapa da graduação. Nesse sentido foi preciso uma vasta busca por intelectuais que abordassem - além do discurso de raça, condição social, gênero, e territorialidade - um paralelo com a educação. Foi nas pedagogias insubmissas e no pensamento decolonial que o diálogo sobre os elementos elencados tomou mais proporção. Assim como Walsh vem elucidar:

[..] a transformação das relações e condições também requer uma aposta pedagógica que se estende criticamente a outros setores, com o afã de facilitar também sua descolonização por meio de uma ação político-ética compartilhada, assumida e aliada. É nessa perspectiva pedagógica, político-crítica e de-colonial que poderia tomar e construir novos sentidos. (WALSH, 2009, p 37)

Tomando essas perspectivas como embasamento teórico, coletamos dados sobre a organização escolar e práticas educacionais, a sua interação com a comunidade e com os documentos que embasam a educação escolar quilombola. A seguir, serão apresentados os resultados da pesquisa realizada.

EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA – TERRITÓRIO, IDENTIDADE E ANCESTRALIDADE

A pesquisa em torno da educação escolar quilombola teve início em 2016. O primeiro contato foi por meio de uma aula sobre o tema, porém aos poucos fui descobrindo inúmeras identificações com essa temática. O fato de ser uma mulher negra provocou em minha trajetória constantes debates sobre temáticas ligadas à diversidade e desigualdades sociais, principalmente para as relações étnico-raciais e de representatividade. Além disso, conhecer sobre as lutas quilombolas pelo território e por educação, produz inúmeras inquietações. Sendo assim, antes de ir a campo, deu-se a pesquisa bibliográfica sobre os processos históricos da luta quilombola a territorialidade para melhor compreender a respeito desses grupos no Brasil. As questões referentes a população negra, em geral, não são ensinadas de forma apropriada na formação escolar, menos ainda sobre ancestralidade e etnicidade, apesar da Lei 10.639/03 que

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’, e dá outras providências” (BRASIL, 2003).

Essa pesquisa desenvolvida faz um recorte no estado do Paraná, que hoje possui em seus registros 43 escolas estaduais que atendem alunos quilombolas, sendo que dois desses Colégios Estaduais estão dentro dos territórios das comunidades quilombolas. É importante ressaltar também que o estado do Paraná foi pioneiro na organização de uma proposta pedagógica voltada à educação escolar quilombola, contribuindo, posteriormente, para a criação da Diretriz Curricular Nacional para Educação Escolar Quilombola.

A pesquisa aconteceu na comunidade João Surá, localizada no município de Adrianópolis - PR, na divisa dos estados de São Paulo e Paraná, na região do Vale do Ribeira. O rio Pardo, que conflui com as águas do rio Ribeira, permeia boa parte da comunidade, que tem mais de 200 anos de existência, com aproximadamente 50 famílias morando no seu território. Para se chegar na comunidade é necessária uma grande jornada. Adrianópolis fica a

mais 160 km de Curitiba e para chegar à cidade, de transporte coletivo só é possível em dois horários do dia, um pelo início da manhã e o outro pelo final da tarde, jornada essa que demora quatro horas de uma cidade a outra. De Adrianópolis até João Surá são mais 60 km de distância, aproximadamente duas horas em estrada de chão, sem transporte público que faça esse trajeto – o ponto mais próximo que os ônibus chegam situa-se no bairro do Porto Novo, nem a metade do caminho até a comunidade.

Para chegar até a comunidade é necessário ter um meio de transporte próprio (moto, carro, entre outros). O caminho é acompanhado pelo Rio Pardo e pelo Rio Ribeira, que também é uma divisa natural dos limites entre os estados de São Paulo e Paraná. Durante esse trajeto é possível admirar as belezas da natureza, preservadas pelas comunidades tradicionais que se localizam no vale do Ribeira, mas também é possível visualizar em meio às matas virgens, locais onde grandes fazendeiros se apropriaram e desmataram para as plantações de Pinus e Eucaliptos. Também se localiza muito próximo à comunidade - e em boa parte do que era território quilombola - o Parque estadual das Lauráceas. Nesta realidade se encontra o Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, campo de interação da pesquisa. O motivo não é apenas pela rica e intensa história de luta pela educação que a comunidade tem, mas pelo fato de que foi a primeira escola quilombola² do estado, e que aplicou inicialmente a proposta pedagógica e curricular para uma educação quilombola. Sendo assim, é importante conhecer não só o fazer pedagógico do território, mas também os seus sujeitos e sua trajetória.

IDENTIDADE DE GRUPO E ANCESTRALIDADE - CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO ESCOLAR E TERRITÓRIO.

O nome carrega um importante aspecto, tanto para o indivíduo como para um grupo, ele que vai apresentar ao desconhecido as primeiras ideias de sua representação. O nome escolhido para a escola tem muita importância para a história do quilombo. Diogo Ramos foi o primeiro professor do quilombo João Surá. Essa figura de tamanha importância e luta pela educação, é lembrada com muito respeito e carinho pelas alunas/os e professoras/es da escola, pois deixou uma tradição de educação nas suas descendentes que são professoras da escola. No site da Secretaria de Educação do Paraná - SEED é possível encontrar um trecho explicando um pouco sobre essa figura histórica do quilombo João Surá:

Nesse contexto de realidade está o Colégio que recebe o nome de Diogo Ramos que foi o primeiro professor no local. As pessoas mais idosas da comunidade relatam que o professor era filho de uma negra escravizada em São Paulo. Ele foi estudar na França e quando voltou não ficou na cidade, seguiu pelo sertão e encontrou o quilombo. Diogo Ramos ensinava a escrever com um pauzinho de ponta, na casca do palmito juçara. (Secretaria Estadual de Educação do Paraná, outubro/2016)

Bisneta de Diogo Ramos, Dona Joana de Andrade, conta que muitas pessoas do Vale do Ribeira deslocavam-se até a comunidade para aprender a ler e escrever com o professor, e ele com poucos recursos buscava atender a quem o procurava. Outro importante fator nessa prática é a utilização da folha da casca do Palmito Juçara, que ao se escrever, vão se revelando aos poucos os traçados nela desenhados, transformando esse processo de aprendizagem mais interessante ainda.

² Escola quilombola é aquela que está inserida dentro do território quilombola, que tem uma proposta curricular adaptada a essa modalidade de ensino, assim como as escolas indígenas.

A valorização desta figura tão importante para a comunidade também significa valorização de sua construção como comunidade quilombola e sua ancestralidade. O processo de reconhecimento e representatividade influencia de forma significativa na compreensão sobre como um território é constituído, trazendo para a identidade do espaço educacional também a identidade da comunidade. Esse movimento identitário revelou-se como a força de re-existência que o espaço transmite e seu valor histórico, desconstruindo ideais de um passado esquecido ou apagado pelo tempo. O nome Diogo Ramos carrega a ancestralidade que aviva dentro do território, e anuncia que nesse espaço a educação certamente será diferente de outros espaços com nomes de falsos heróis, esvaziados de significado e que não transmite ao outro uma representatividade.

Próximos à escola também se encontram um posto de saúde, a Igreja de Santo Antônio e a Escola de Ensino Fundamental e Educação Infantil João Surá. Todos esses espaços assim como a escola só estão nesse lugar pela luta dos quilombolas da comunidade. A igreja, por exemplo, foi construída pela comunidade, sua primeira versão era uma capela onde os fiéis de vários lugares iam fazer suas orações e preces a Santo Antônio. Os mais velhos da comunidade contam que ela surgiu de uma promessa e com o tempo foram melhorando a estrutura do local.

A escola também foi conquista dos quilombolas que muito tiveram que lutar por esse espaço, buscando a mantenedora da escola, Secretaria Estadual de Educação - SEED, para relatar vários depoimentos sobre as dificuldades ao acesso à educação na comunidade. Com muita luta, a SEED criou um grupo para estudar a proposta de uma escola no Vale. Na época os alunos do Ensino Médio e Fundamental tinham que ir até a cidade na escola mais próxima para poder estudar. Além das dificuldades já mencionadas, o percurso se dificultava ainda mais em dias chuvosos e no período noturno.

O Estado fornecia transporte para esses alunos, porém o ponto de encontro do transporte ficava longe para a maioria deles que tinha que percorrer até 12 km para poder acessá-lo. Em uma entrevista com o pedagogo do colégio, Benedito Floriano de Freitas Júnior, ele conta que vivenciou todas essas dificuldades, e que presenciou até mesmo acidentes no percurso, pois a estrada além de esburacada era também muito perigosa. Além disso os horários de aula aconteciam durante a noite, e no retorno os alunos chegavam de madrugada na comunidade, como aconteceu com ele, de chegar em casa às quatro horas da madrugada, nos dias em que havia imprevistos na estrada. Com todas essas dificuldades problematizadas e denunciadas pelos mais velhos da comunidade surgiu a iniciativa do colégio na comunidade, outro fator que demonstra a organização e força da comunidade.

Em dezembro de 2008, foi formado o Colégio Diogo Ramos. Em 2009 a primeira turma de alunos foi matriculada e desde então sempre há muita procura pelo colégio. O colégio possui 35 alunos matriculados ao todo, a sua maioria no ensino fundamental. Grande parte dos alunos são de João Surá, mas há também alunos das comunidades vizinhas. O colégio tem em seu corpo docente 9 professoras/es sendo em sua maioria quilombolas. Todos atuam tanto no período da tarde como no período noturno. As/Os professoras/es que não são da comunidade alugam uma casa próxima à escola e ficam durante a semana na comunidade, e aos fins de semana retornam para suas casas em Adrianópolis, uma rotina nada fácil para conciliar, mas que reflete o compromisso com a educação que esses professores possuem.

Em entrevista com Ramon Rodrigues Rosa, Professor que mora em Adrianópolis, e desde 2013 trabalha na escola, podemos saber um pouco mais sobre esse processo e de sua trajetória. Ele precisou da carta de anuência da comunidade para poder trabalhar na escola, um recurso fundamental para as comunidades quilombolas e indígenas de garantia que o ensino ministrado pelos professores vai ao encontro com os princípios da comunidade. Para isso, ele passou por uma reunião com a comunidade na busca de lecionar no colégio para a matéria de biologia, a qual ele tem formação. Contando um pouco desse início ele diz que:

Desde sempre a comunidade deixou claro o interesse da escola em ter professores da própria comunidade. Ciente disso, a minha função era formar alunos do ensino médio, mas para além, auxiliar na formação dos jovens para um dia se tornarem também professores da escola. (Ramon Rodrigues Rosa, agosto/2017).

Esta questão também está presente no Art. 56 das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola como orientação para uma política nacional de formação de professores quilombolas, pelas especificidades da modalidade.³ Em sua fala ele aponta que fazer parte desse ambiente lhe trouxe muitas aprendizagens sobre a própria cultura quilombola, que ele não teve contato em sua formação escolar, e que pode aprender junto com seus alunos sobre essa representatividade que a Lei 10.639/03 proporcionou para as/os estudantes e professoras/es negras/os. Representatividade que está presente tanto nos materiais que os professores escolhem para trabalhar com as/os alunas/os (livros, matérias de pesquisas, etc.) quanto também no espaço físico da escola.

A representatividade já se anuncia na entrada do colégio, quando a primeira imagem que temos é de um portão destrancado, e ao lado do portão está a frase do Nelson Mandela que diz “A educação é a arma mais poderosa para mudar o mundo”. Ao lado também escrita na entrada da escola a Lei 10.639/03 e um pé de pimenta. Logo em seguida, também na entrada, se encontra o Sankofa - Adinkra africano que significa olhar para o passado e ressignificar o presente - talhada em madeira, em cima da placa que nomeia a escola: Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos. Abaixo uma faixa com a seguinte frase “Na Luta! Contra a ameaça de Barragens e Pela Educação Quilombola”.

Nas paredes vários Adinkras e pinturas retratando diferentes mulheres negras. Dentro das salas os trabalhos dos alunos em exibição, trabalhos realizados de anos passados e outros atuais. O mapa do continente africano. Um mural com o desenho dos “Heróis da comunidade” e dentre personalidades famosas também se encontrava o rosto dos mais velhos da comunidade que inspiram os alunos. Símbolos da cultura afro-brasileira espalhados por todo o colégio.

Um mural com as notícias escritas pelos alunos conjunto com as informações repassadas pelo colégio. Esta é a primeira impressão que temos do espaço físico da escola, um lugar acolhedor e que valoriza os alunos e sua cultura. Todos estes elementos têm influência direta no processo de aprendizagem destes alunos pois, segundo GOMES (2007) as identidades, assim como a diferença, não são inatas, elas passam por processos de construção contínuas, através de determinados contextos, e também:

[...] nenhuma identidade é construída no isolamento. Ao contrário, ela é negociada durante a vida toda dos sujeitos por meio do diálogo, parcialmente exterior, parcialmente interior, com outros. Tanto identidade pessoal quanto a identidade social são formadas em diálogo aberto. Estas dependem de maneira vital das relações dialógicas com os outros. (GOMES, 2007, p. 22).

Assim se configura as relações no espaço da comunidade. O colégio se organizou num espaço que é da associação da comunidade, pois no momento de sua criação não havia um espaço destinado para o colégio. A associação emprestou a sua sede para a organização temporária do colégio até a entrega do novo prédio. Atualmente o colégio tem quatro salas de aula, biblioteca, sala dos professores, sala de direção e coordenação pedagógica, secretaria, cozinha e uma horta. Ainda há dificuldades presentes, pois é pequeno para comportar uma

³ Art. 56 - Dada a especificidade das comunidades quilombolas rurais e urbanas do país, estas Diretrizes orientam os sistemas de ensino, em regime de colaboração, e em parceria com instituições de Educação Superior a desenvolver uma política nacional de formação de professores quilombolas.

escola. Sem contar que a associação da comunidade também precisa desse espaço para sua articulação. A biblioteca fica dentro de uma sala de aula, o armazenamento dos alimentos se encontra na sala da direção. Um prédio maior resolveria esses e outros problemas. Essa estrutura foi construída em 2006, quando já se planejava outro projeto específico para o colégio, porém ocorreram alguns conflitos sobre a edificação do prédio:

Esse projeto que procurava responder a solicitação de um ambiente circular apontado pelos técnicos da CEC e do GTCM61 acabou se tornando padrão para as escolas a serem construídas em quilombos e em ilhas. Entretanto, apesar de institucionalizar procedimentos relativos à construção de escolas em quilombos, a padronização desconsiderava as especificidades geográficas e culturais de outras comunidades. Considerando a narrativa acima, a implementação de uma política educacional quilombola deve levar em consideração os diferentes tempos dos processos de regulamentação da proposta, institucionalização e construção das escolas, procurando manter uma sincronia entre esses diversos momentos, sem a qual, a Proposta pode não ser efetivamente operacionalidade. (CRUZ, 2012, p. 103).

Ainda hoje o prédio não foi entregue à comunidade, a estrutura física já está pronta, porém acabamentos como instalação elétrica ainda não estão finalizadas. O espaço do colégio é de todos da comunidade, o portão fica aberto, todos podem entrar, as salas de aula também ficam com as portas abertas no momento da aula, é um ambiente convidativo em todos os sentidos. Ainda se encontra uma horta com ervas medicinais e hortaliças, que são cuidadas por todos; e cada planta ali cultivada tem sua importância. Em várias das visitas de campo pudemos partilhar do alimento produzido na horta da escola e cultivado pelos alunos. Todos esses conhecimentos são transmitidos de geração para geração, e fazem parte do ensino na escola. A biblioteca é repleta de livros, desde livros didáticos às mais diversas literaturas, muitos livros de pesquisa afro-brasileira e sobre países e comunidades na África, sobre a cultura e ensinamentos de comunidades tradicionais. Quem faz o controle da saída e entrada de livros é a secretária do colégio, mas, assim como os outros espaços, a biblioteca fica aberta o tempo todo no momento das aulas, e os/as alunos/as cuidam e respeitam esse espaço. Assim também como eles ficam à vontade para fazer leituras e pesquisas durante o período que estão na escola.

Os ensinamentos atravessam as paredes da escola e percorrem todo o território de João Surá; como nas atividades que são realizadas no entorno da escola. Assim ocorreu com a Casa da Memória, onde toda a comunidade em parceria com o colégio restaurou uma das casas da comunidade, feita de barro e pau-a-pique, que posteriormente se transformou no museu da comunidade. Assim também ocorreu com a atividade que foi desenvolvida da cartografia da comunidade, onde os alunos reproduziram os espaços do território discutindo funções do conhecimento geográfico. Essas e outras ações ultrapassam os espaços ditos escolares e proporcionam diferentes aprendizagens.

O governo do estado construiu um novo prédio para a escola, com mais salas, feito de alvenaria, que foi planejado para comunidades quilombolas, porém ainda não foi finalizado, faltando ainda alguns ajustes para a finalização das obras e entrega do novo prédio. Com isso, a entrega da escola ainda não tem uma data estabelecida. No espaço onde a nova sede da escola está instalada era também uma local de lazer para a comunidade, onde acontecia interações com muitas outras comunidades quilombolas vizinhas. A comunidade cedeu seu espaço de interação para o projeto do colégio com a promessa de entrega e perdeu seu espaço de interação para algo que ainda não tem previsão de uso.

A escola se adequa às datas específicas de feriados, datas comemorativas, de acordo com a realidade da comunidade, com duzentos dias letivos, férias de meio de ano, férias de fim de ano, semana pedagógica seguindo os dias estabelecidos pela SEED. A diferença também ocorre no horário de funcionamento da escola, pois as aulas se iniciam às onze horas e trinta

minutos da manhã, e finaliza as atividades às quatro horas da tarde, isso para as turmas de 6º ano até o 9º ano. Já para o ensino médio, as aulas iniciam às seis horas da tarde e finalizam às dez horas da noite. Essa diferença ocorre principalmente pelo transporte que os alunos precisam para poder ir ao colégio e a distância da escola, ainda que fique dentro da comunidade, influência nos horários, pois tem alunos que moram a 4 km de distância da escola, e apesar de alguns alunos morarem mais perto, a maioria precisa de transporte para a escola. Para garantir que todos acompanhem as aulas, os horários de funcionamento respeitam as adversidades da rotina desses alunos. Princípio esse já mencionado anteriormente na análise realizada sobre as Diretrizes Nacionais para Educação Escolar Quilombola. Além de respeitar esse princípio, trata-se aqui de garantir aos estudantes condições que seus pais e avós não tiveram em relação a educação e que, em comunidade, buscam garantir para as futuras gerações.

LUTA ANCESTRAL PELO TERRITÓRIO E EDUCAÇÃO - DESAFIOS DA COMUNIDADE E DA ESCOLA

Assim como o trabalho realizado pelo colégio, a pesquisa também atravessa as salas de aula, percebendo as lutas e conquistas da comunidade de João Surá, participando, assim, da valorização dos conhecimentos quilombola. A comunidade está passando pelo processo de titulação das terras do seu território. Apesar da existência do artigo 68 da Constituição Federal de 1988 e do Decreto 4887/03, que regulamenta a criação das terras ocupadas por comunidades quilombolas, a luta pela permanência da terra ainda se situa no âmbito jurídico. Espera-se o reconhecimento do poder público, na manutenção da terra. Entretanto, nem sempre a intervenção do poder público põe fim ao conflito. Com a criação do Parque Estadual das Lauráceas muitas famílias foram retiradas de suas casas - onde tinham suas criações, plantações e trajetórias - e foram realocadas para outros locais.

A comunidade também enfrenta a constante ameaça de fazendeiros interessados no território quilombola para o desmatamento e cultivo de pinus e eucaliptos. E os problemas se agravam com a ameaça de uma barragem no Rio Ribeira que se construída vai atingir não somente João Surá, mas também outras 18 comunidades do vale, isso em dados fornecidos pela Fundação Palmares e pela própria empresa interessada na construção da barragem. A ameaça já se estende por anos sobre as comunidades do vale, assim como reporta o Movimento dos Ameaçados por Barragens - MOAB:

O Rio Ribeira de Iguape, localizado ao sul do estado de São Paulo, é o último grande rio paulista que não possui barramento. A região é muito conhecida por suas riquezas e belezas naturais, possui a maior porção de mata atlântica conservada do país, um extenso número de cavernas preservadas e a presença de muitas comunidades tradicionais, indígenas, ribeirinhos quilombolas e caiçaras. No entanto, a região também é conhecida por possuir os menores índices econômicos do estado de São Paulo, por seus problemas na regularização fundiária e titularização das terras quilombolas e principalmente pela luta do povo contra a construção de hidrelétricas na região. (MOAB, Outubro 2016)

Os moradores de João Surá, assim como outras comunidades do vale, se organizaram para lutar contra essas ameaças e evitar tragédias como a ocorrida em Mariana - MG em novembro de 2015. Infelizmente, as comunidades quilombolas como a de João Surá ainda precisam continuar a resistir a todas as intimidações que vem oprimindo as maiorias insurgentes do Brasil. O colégio desempenha um papel importante na continuidade dessa luta, incentivando

os alunos a desenvolverem senso crítico e buscarem compreender as desigualdades sociais existentes no país. Esse ato transparece o compromisso que os envolvidos com essa modalidade de ensino desempenham no Colégio E. Q. Diogo Ramos.

A utilização da educação como poderosa arma contra as opressões que a sociedade desempenha, sobre as comunidades e outros povos tradicionais, não é uma realidade vivenciada somente no Brasil. Na América Latina existem também outros movimentos que buscam as pedagogias como forma de insubmissão ao sistema. Nessa perspectiva, Rincón (2015) relata que nas comunidades afro-caribenhas, localizadas em Nariño - Colômbia, a organização de uma educação própria que almeja a libertação e descolonização dos processos pedagógicos nas comunidades negras exige um vasto processo de desconstrução:

São vários os elementos que marcam este projeto de educação libertadora. No entanto, um aspecto central é a consideração de que a pedagogia e a educação em geral devem estar a serviço de um projeto de desobediência aos mandatos oficiais, na medida em que estes não correspondem aos interesses sociais, econômicos, culturais e políticos das comunidades afro em Nariño. (RINCÓN, 2015, p. 87)

Esse movimento de rompimento com o domínio colonial emerge novas possibilidades para diferentes olhares na educação. O desafio da educação libertadora é também o desafio de uma sociedade que respeite a diversidade e que se comprometa com a transformação social, visando políticas de bem viver entre os diferentes povos.

ESCOLA INSUBMISSA - PROPOSTA PEDAGÓGICA DO COLÉGIO ESTADUAL QUILOMBOLA DIOGO RAMOS

As teorias aqui já discutidas só se fazem verdadeiramente compreensíveis por meio das práticas. A escola escolhida carrega uma importância ainda maior, pois além de receber quilombolas está inserida dentro do território. Existe ainda uma grande diferença no que é pensado teoricamente e o que se aplica na prática, pois nesse caminho muitos agentes interferem até chegar na efetuação. No aspecto educação esse fator se apresenta com frequência, e por isso as instituições buscam a formação continuada dos professores e demais agentes da escola. Esse interesse na formação dos professores está presente em muitas propostas das pedagogias insubmissas principalmente para desconstrução de pensamentos hegemônicos, e também para a propagação de uma proposta educativa ligada às comunidades e de valorização dos conhecimentos locais, por exemplo:

Desconstruir a terminologia educativa oficial com o propósito de descolonizar o discurso pedagógico e educativo desde a construção do pensamento próprio nas comunidades afronariñeses, é um dos elementos centrais do processo de formação dos professores. (RINCON, 2015, p. 82)

Sobre a temática de educação étnico-racial, e para outros aspectos educacionais da diversidade, o quadro de teoria X prática se agrava ainda mais. Pensar em uma educação libertadora é também pensar em uma educação antirracista, de desobediência, autônoma e coletiva, que seja realmente transformadora, sendo entendida para além do sistema educativo (WALSH, 2009), mas essas configurações são recentes em legislações e no espaço acadêmico, e elas acabam sendo ainda mais recentes nos espaços educacionais formais. Esse fenômeno acontece pela longa homogeneização da proposta educacional no país, assim como outros

países que também foram colonizados e explorados, e que buscam por meio da organização dos diferentes movimentos sociais o rompimento com parâmetros eurocêntricos no espaço educacional.

Nesse sentido livramo-nos dos velhos esquemas, em que a educação pouco tem combatido as amarras e as algemas que foram criadas e consolidadas historicamente, causando danos sociais, psicológicos e econômicos à população negra. O racismo, a discriminação, as visões estereotipadas em relação às pessoas negras, em muitos casos, são fortalecidas pelos próprios sistemas educacionais, exigindo mais do que uma intenção de fazer. É preciso “desconstruir” os “velhos esquemas” postos e preencher as lacunas deixadas historicamente por um pensamento único, uma história única. O desafio é construir formas que possam efetivamente contribuir com novos referenciais para as vidas das professoras e professores, e alunos e alunas negras e não negras; isso deve ser uma busca constante. (SILVA, 2016, p. 101).

Por isso, esse movimento dentro do espaço institucional precisa estar muito internalizado nos seus agentes e na sua identidade educacional. O Projeto Político Pedagógico é um dos documentos escolares que embasam todo o trabalho realizado na instituição. A construção da identidade dessa instituição está na elaboração deste documento. No caso de uma escola quilombola ou de uma instituição que atenda alunos quilombolas, o PPP precisa conter a identidade deste grupo em específico se adequando a todas as especificidades que a temática propõe. Nele se encontra toda a caracterização da instituição, as concepções, projetos curriculares e avaliativos da escola, etc. A identidade de cada instituição está presente no PPP e precisa ser compreendida com facilidade por todos da comunidade escolar. O PPP não pode ser somente um documento de registro, mas sim um documento de identidade, que apresenta os princípios de cada instituição.

Nesta direção é necessário pensar qual é o projeto educacional da escola, pois é este que lhe confere identidade. Projeto este que permeia e se traduz em todos os espaços e tempos escolares, pois é no todo de sua organização que a escola assume e revela a sua função social na sociedade. (SOUZA, 2005, p. 5)

Por isso o PPP traz consigo uma originalidade que permite a instituição incorporar as diversidades que as comunidades escolares apresentam, e então pensar um espaço que represente a comunidade. Nesse caso, para compreender a identidade escolar do Colégio E. Q. Diogo Ramos é importante também analisar o seu PPP e contrapor o documento com o que acontece na prática, e se seus agentes estão realmente cientes da proposta que a escola planejou.

UMA PROPOSTA DE UNIÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL - PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

O novo projeto político pedagógico - PPP do colégio contou com a participação e construção coletiva da comunidade. No dia 3 de outubro de 2016, o projeto sistematizado foi apresentado para comunidade pelo diretor e o pedagogo da escola. Em um primeiro momento eles relataram a história, o diagnóstico e as propostas de ação que foram debatidas anteriormente por meio de reuniões e grupos de trabalho, que tinham o intuito de discutir e decidir como seria novo PPP do colégio.

Para a elaboração do PPP foram organizados grupos de trabalhos, coordenados pelos próprios quilombolas e profissionais do colégio. Os grupos foram divididos entre Anciãos, Jovens, Pais e Mães de Alunos (PPP C. E. Q. Diogo Ramos, 2016). Esses grupos foram pensados para haver maior interação na discussão, visando o princípio de horizontalidade no desenvolvimento do trabalho realizado.

Os grupos tinham a tarefa de discutir e listar ações que valorizassem alguns princípios para a educação no colégio, como o fortalecimento dos valores éticos e da cultura quilombola, e também das formas tradicionais de relação com o trabalho, a produção e o manejo ambiental e territorial. Essa iniciativa de trabalho aborda as questões de autonomia e autogestão dentro de uma proposta de pedagogia insubmissa, onde a própria comunidade define o que é melhor para o grupo. Assim, Baronnet aponta a necessidade de se estabelecer essa prática para garantir um espaço de aprendizagem pertinente e descolonizador dizendo também que:

Contra a atual dinâmica de profissionalização docente, o povo são atores coletivos que legitimam ou deslegitimam conhecimento que deve ser ensinado em cada escola chamada autônoma. Isso significa que os fenômenos de autogestão atividades etno-educacionais ocorrem em um espaço territorial envolvido em movimento de insubordinação pedagógica que corresponde às comunidades [...] (BARONNET, 2007, p.64)

Após a realização destas oficinas, os grupos apresentaram, em formato de assembleias, os resultados das discussões e debates. Depois dessas conversas, foi sistematizado o que a comunidade decidiu em conjunto, e formulado o Projeto Político Pedagógico do Colégio E. Q. Diogo Ramos. Nos diagnósticos levantados pelos quilombolas, surgiram três apontamentos para a construção da proposta pedagógica: valorização dos aspectos culturais da comunidade, valorização da luta quanto aos aspectos territoriais e sobre as consequências políticas da sociedade em relação as comunidades quilombolas. Um dos problemas relatados foi em relação aos conhecimentos ocidentais, que são valorizados em outras situações como ponto de vista principal, ou único. Questionando este fato e propondo que exista uma relação entre o conhecimento quilombola e o conhecimento ocidental, produzindo um pensamento crítico de fronteira. Dentro desses questionamentos foram listados outros problemas a serem superados e que atrapalham no desenvolvimento do trabalho pedagógico do colégio, como a regularização fundiária do território, a infraestrutura da escola, quedas constantes de energia elétrica e outros tantos problemas que interferem diretamente no trabalho pedagógico, segue o PPP

As dificuldades acima destacadas explicitam que ainda há um longo percurso, em termos de qualificação de infraestrutura e recursos humanos para efetivar PPQuilombola, entretanto as direções e as equipes pedagógicas que compuseram o Colégio desde sua criação vem adotando ações com vistas a que alguns de seus princípios já sejam implementados. (Projeto Político Pedagógico Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, p.20, 2016)

Outro ponto levantado nos diagnósticos foi a participação do espaço escolar nas lutas da comunidade, para proporcionar aos jovens mais engajamento sócio-político nas tensões vivenciadas pelos quilombolas com mais posicionamento crítico. A partir desses e outros apontamentos a gestão do colégio sistematizou as informações para formular o novo PPP do colégio.

OLHARES SOBRE AS REALIDADES DA COMUNIDADE - CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS

Segundo o PPP do colégio, o papel da escola está na preparação do aluno para um posicionamento crítico e de transformação do quadro social desigual e preconceituoso no qual estamos inseridos atualmente. Neste mesmo viés se discute sobre a infância, adolescência e juventude, onde compreende os direitos da infância, pautados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, onde toda criança tem o direito a direitos básicos para vida humana, isso inclui direito a cultura, educação, direito à vida comunitária. E no PPP é enfatizado o direito da criança de brincar, e que faz parte da concepção de construção de identidade do adolescente e do jovem. Também está presente no documento a ênfase na propagação do incentivo às tradições da comunidade e no desenvolvimento de um olhar crítico em especial para as desigualdades do mundo, para que esse jovem seja ativo no combate às desigualdades e no enfrentamento dos conflitos da comunidade, aderindo a luta pelo direito ao território.

Para a concepção de cultura a escola parte de uma análise diacrônica e sincrônica dos fatos, valorizando os aspectos da cultura quilombola e compreendendo a cultura africana e afro-brasileira como algo que não permaneceu imutável. E traz a valorização dessas culturas para o espaço escolar enaltecendo as suas contribuições como na tecnologia onde os povos Egípcios tiveram estudos avançados na medicina e nos cálculos matemáticos que auxiliaram profundamente os estudos para a contribuição da tecnologia. E na tecnologia da própria comunidade, na construção de casas de barro, na confecção de máquinas como as Farinhas, e etc.

Assim, estabeleceram conceitos do que acreditam como conhecimento, e a gestão escolar tem que ser baseada em três princípios chaves para a educação da escola Diogo Ramos: Trabalho, Mutirão e respeito ao Combinado. O trabalho que é fonte do sustento das famílias de João Surá, e também uma das vias de transmissão do conhecimento na comunidade, o mutirão que a ação em grupo, onde todos se ajudam, e o combinado que expressa a força da palavra, onde o que é dito tem valor e deve ser cumprido.

Essas concepções embasam o pensamento sobre o fazer pedagógico no colégio e o que move as ações em cada instância. Assim, Nunes (2016, p.172) nos provoca a refletir também que “a passagem das crianças quilombolas pela escola, deve, prioritariamente, fortalecê-las na possibilidade de lutas por direitos ainda negados [...]”. Esse fortalecimento foi observado na ação dos professores ao analisar os espaços ao entorno da comunidade e problematizar estas questões com seus alunos. Tais propostas foram presenciadas nas práticas pedagógicas quando, por exemplo, uma disciplina que trabalha a educação física também discutia sobre o machismo no espaço esportivo (do país e do mundo) e como ele poderia estar nas atitudes de estudantes. Esse trabalho só é possível por levar em consideração as concepções que buscam a transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando conheci o lugar que tanto ouvia falar, as primeiras impressões que o nome do colégio trouxe se confirmaram, um espaço que já em sua entrada deixa suas marcas identitárias e também seus dilemas. O trajeto vai nos contando histórias sobre o quilombo João Surá, cada curva de rio, cada pé de árvore, cada pedacinho de chão até a escola anuncia a força ancestral que se encontra em João Surá. Força essa que é impossível de se transmitir nos textos, tampouco em palavras. A compreensão desse sentimento só se faz com os pés no chão.

A pesquisa que desenvolvi buscou compreender como esta modalidade educacional se organizava em suas práticas e no convívio com a comunidade. Esse desafio realizado em pouco mais de um ano de pesquisa desconstruiu a forma em que eu enxergava o mundo ao meu redor. A primeira desconstrução se deu na metodologia de pesquisa escolhida, pois compreender o papel da pesquisadora no campo de pesquisa e como ela interfere teve grande importância no momento de aprofundar as relações construídas na comunidade. João Surá é um grande polo de produção científica em torno do tema sobre comunidades quilombolas, porém nenhuma pesquisa realizada neste território é capaz de decifrar como é a grandiosidade de poder conhecer os/as quilombolas que re-existem na comunidade.

Todas as teorias só fazem sentido quando podemos observá-las em prática, assim pude aprender muito mais do que contribuir. O primeiro ensinamento foi sobre levar a sério o que o território diz, o que seu interlocutor diz, e também o que ele não diz. Foi muitas vezes no silêncio que aprendi os maiores ensinamentos, para isso é preciso ter a sensibilidade de compreender o que é dito e o que não é dito. O segundo ensinamento que a pesquisa proporcionou é sobre esse espaço de militância e produção acadêmica, administrar as duas interfaces não é tarefa fácil, mas reserva um impacto social que é combustível para a aplicabilidade de novas perspectivas educacionais. Todo ato educacional é também um ato político. No caso da educação escolar quilombola é mais do que um ato político, é um ato de re-existência. A terceira aprendizagem é sobre a valorização das relações estabelecidas durante o desenvolvimento da pesquisa. É importante saber que construí, além do conhecimento, boas amizades, essas que marcaram profundamente minha trajetória. Afirmar essas relações de amizade é um ato para contrariar concepções metodológicas de simples denúncia, e demonstrar o respeito que desenvolvi com a comunidade. Enfatizando que:

De maneira ainda mais ampla, proponho a interculturalidade de crítica como ferramenta pedagógica que questiona continuamente a racialização, subalternização, inferiorização e seus padrões de poder, visibiliza maneiras diferentes de ser, viver e saber e busca o desenvolvimento e criação de compreensões e condições que não só articulam e fazem dialogar as diferenças num marco de legitimidade, dignidade, igualdade, equidade e respeito, mas que – ao mesmo tempo – alentam a criação de modos “outros” – de pensar, ser, estar, aprender, ensinar, sonhar e viver que cruzam fronteiras. (WALSH, 2009, p.25)

Assim como Walsh, busquei evidenciar na pesquisa desenvolvida não somente uma outra modalidade educacional, mas sim outros olhares a se pensar o fazer pedagógico. Encontrei na prática exemplos reais e possíveis de insubmissões e de mobilização através do espaço educacional. Os ensinamentos aprendidos, e outros tantos, são parte das concepções defendidas na proposta pedagógica que a comunidade defende. Um movimento que se mostrou muito maior do que o imaginado. Um movimento desestabilizante que busca provocar, movimentar e modificar as concepções que a sociedade branca-dominadora insiste em submeter àquelas que não se encaixam. No desencaixe foi possível compreender a construção de identidade que vai emergindo aos poucos para romper com as amarras da colonização.

A educação escolar quilombola que acontece na comunidade João Surá superou as expectativas criadas durante o planejamento do projeto, pois legitima a possibilidade de se estabelecer uma educação escolar quilombola que dialogue com a comunidade, que seja libertadora e busque a quebra dos padrões hegemônicos, eurocentristas e capitalistas. Uma educação antirracista e comunitária, que valoriza o conhecimento da comunidade. A escola busca não somente atender as obrigações descritas na Diretrizes do ensino básico; vai além, buscando respeitar os “combinados” – normas e princípios da comunidade –, principalmente no conceito de conhecimento dentro e fora da sala de aula, fazendo com que o aprendizado se

dê em todos os espaços da comunidade. Os princípios do Projeto Político Pedagógico do colégio levam em conta lutas e conquistas do quilombo João Surá, assim como a forma de educar que transborda os espaços escolares. A escola não está desvinculada do território, ela é um espaço de lutas e de conquistas desse quilombo.

Vivemos tempos difíceis na conjuntura atual do país, tempos de retrocessos de direitos, principalmente para populações historicamente subalternizadas na sociedade brasileira. Os atos de um desgoverno, formado pela elite masculina branca do país, vem atingindo de forma devastadora as políticas públicas que promovem maior equidade social. O período de realização da pesquisa foi também marcado pelos cortes de verba e investimento na educação e em outros setores que não interessam à elite dominante, além de inúmeras investidas contra o Decreto 4.887/2003, a fim de atingir o direito das comunidades à titulação de seus territórios, e favorecer a classe de ruralistas que promovem chacinas contra quilombolas e indígenas no país. Por isso é tão importante entender esse espaço no qual a escola faz parte, para poder agregar mais vozes na luta por nenhum quilombo a menos.

Muitos outros apontamentos poderiam ter acontecido durante essa pesquisa, a beleza da educação escolar quilombola é que não se esvazia os aprofundamentos que podem ser pesquisados, porém os objetivos elencados nesta pesquisa foram alcançados e superados. Finalizar essa etapa é poder olhar para trás e se orgulhar do concebido, e olhar para frente e enxergar novas possibilidades para continuar a indagar respostas. “São estas pedagogias ou apostas pedagógicas que se dirigem para a libertação destas correntes, ainda presentes nas mentes, e para a re-existência de um desígnio de “bem-viver” e “com-viver” onde realmente caibam todos” (WALSH, 2009). E é em busca dessas pedagogias que parto para outra etapa, sem encerrar as possibilidades que a educação escolar quilombola me proporcionou.

REFERÊNCIAS:

BARONNET, B. El movimiento zapatista y la educación para la autonomía, In: MELGAREJO, P. M. **Pedagogías Insumissas: Movimientos Político-Pedagógicos y Memorias Colectivas de Educaciones OTRAS en América Latina**. ed. Juan Pablos Editor Chiapas, 2015. p 49-73

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombolas de que trata o art. 68 do Ato das**. Brasília: [s.n.], 2003.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Estabelece as diretrizes e bases para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira**. Brasília: [s.n.], 2003.

CRUZ, C. M. **Trajetórias, lugares e encruzilhadas na construção da política de educação escolar Quilombola no Paraná no início do III milênio**. Curitiba: UFPR, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 59. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GOMES, N. L. **Indagações sobre Currículo: Diversidade e Currículo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2007.

NUNES, G. H. L. Educação formal e informal: o diálogo pedagógico necessário em comunidades remanescentes de quilombos. In: BRAGA, M. L. D. S.; SOUZA, E. P. D.; PINTO,

A. F. M. **Dimensões da inclusão no Ensino Médio:** mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola. Brasília: MEC/BID/UNESCO, 2006. p. 343-360.

RINCÓN, J. E. G. Educación propia, educación liberadora o pedagogía de la desobediencia en las comunidades. In: MEDINA MELGAREJO, P. **Pedagogías Insumissas:** Movimientos Político-Pedagógicos y Memorias Colectivas de Educaciones Otras en America Latina. Chiapas: Juan Pablos Editor, 2015.

SILVA, G. M. **Educação e Luta Política no Quilombo de Conceição das Crioulas.** Curitiba: Appris, 2016.

WALSH, C. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In. **Educação Intercultural na América Latina:** entre concepções, tensões e propostas, org. CANDAU, V. M. 2009. <<http://www.adpdiogo.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=9>> Acesso em: out. 2016.